



ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2018

**A Segurança Alimentar e Nutricional
nos programas de candidatas e
candidatos à Presidência da República**

Introdução

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. O direito humano a uma alimentação adequada e saudável está previsto, desde 2010, na Constituição Federal. A Lei Federal 11.346, conhecida como Lei Orgânica de SAN (Losan), aprovada em 2006, instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), responsável por articular diferentes setores, níveis de governo, programas e ações.

A Lei elevou a Segurança Alimentar e Nutricional a uma Política de Estado e estabeleceu as responsabilidades do poder público, de todas as esferas, para a garantia do direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos, em qualidade e quantidade. As diretrizes da Lei que orientam a ação governamental são: (i) a promoção da intersectorialidade das políticas públicas; (ii) a responsabilização das esferas de governo com a descentralização das ações e articulação para que todas as políticas cheguem ao nível local; (iii) a conjugação de medidas imediatas e estruturais para a garantia do acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade e autonomia da população.

Está em vigência o 2º Plano Nacional de SAN, que expressa o compromisso público do Governo Federal, em termos de oferta de políticas públicas, metas e orçamento. Os conselhos de SAN – nacional, estaduais e municipais – constituem o espaço formal e legítimo de participação e controle social do Sisan para a interlocução entre a sociedade civil brasileira e os governos em defesa da realização do direito humano à alimentação adequada.

Os conselhos de SAN expressam a voz coletiva dos diversos segmentos sociais que os compõem e têm como pontos de convergência na sua agenda o respeito aos saberes e práticas que promovem a alimentação adequada e saudável baseada na agricultura familiar e camponesa, a agroecologia e a sociobiodiversidade, valorizam a produção de alimentos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e que contemplam as especificidades de gênero e da sociedade pluriétnica brasileira.

Este documento apresenta a análise dos programas de governo dos 13 candidatos e candidatas à Presidência da República, sob a ótica do marco conceitual da Segurança Alimentar e Nutricional e das diretrizes que compõem a sua agenda, previstas na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional¹¹.

1. Foram analisados os programas dos 13 candidatos ao cargo de Presidente da República disponíveis no site oficial do

A análise foi feita a partir da busca de 20 palavras-chave e da interpretação qualitativa do texto e do contexto no qual estas palavras foram citadas. As palavras-chave pesquisadas foram: 1. Abastecimento alimentar; 2. Agricultura familiar, 3. Agroecologia, 4. Agronegócio, 5. Agrotóxicos, 6. Alimentação, 7. Água/Cisterna 8. Bolsa Família, 9. Fome, 10. Mudança Climática, 11. Mulheres/Gênero, 12. Nutrição, 13. Obesidade, 14. Pobreza, 15. População negra, 16. Povos e comunidades tradicionais, 17. Povos indígenas, 18. Segurança alimentar e nutricional, 19. Terra e território/Reforma agrária e 20. Transgênicos.

Os programas de governo têm tamanhos e apresentações heterogêneas, sendo o menor com cinco páginas, da candidata **Vera Lúcia (PSTU)**. O programa do candidato **Jair Bolsonaro (PSL)** foi sintetizado em formato de apresentação (power point), e o de **Álvaro Dias (PODE)** em formato de tópicos. **Guilherme Boulos (PSOL)** detalhou sua proposta em 228 páginas.

Importante mencionar que a presente análise possui limitações concretas, tendo em vista que muitas das propostas apresentadas pelos presidentiáveis não estão detalhadas e não apresentam elementos suficientes para serem analisadas, na maioria das vezes, “o como fazer” não está mencionado.


Há que se considerar também que, mesmo que a palavra-chave não tenha sido encontrada no texto, isso não significa, necessariamente, que o candidato ou a candidata não tenha visões ou intenções vinculadas ao tema. No entanto, a análise aqui descrita só foi realizada quando a palavra-chave foi identificada no curso do texto de cada programa.

Elementos e dimensões da SAN são mencionados de maneira mais ou menos frequente nos programas, mas identifica-se a pouca articulação entre políticas e programas que compõem a agenda de SAN em sua abrangência. Nenhum programa apresentou a complexidade da situação da segurança alimentar e nutricional da população brasileira, que convive com um cenário de recrudescimento da fome e da pobreza e o progressivo aumento da obesidade. Também não foi identificado o reconhecimento da construção social, histórica e atual no campo da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil e que inúmeros sujeitos de direitos estão comprometidos e possuem expectativas com o futuro desta construção.

Tribunal Superior Eleitoral (TSE), acessados entre os dias 10 e 12/09 no seguinte endereço:

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes2018/divulgacandcontas#/estados/2018/2022802018/BR/candidatos>

O objetivo da pesquisa foi identificar propostas e citações relacionadas à agenda de segurança alimentar e nutricional. Para isso foram definidas 20 palavras-chave que estão frequentemente presentes na agenda de SAN. Todos os programas foram lidos na íntegra. As palavras-chave foram localizadas, contabilizadas, analisadas, interpretadas de acordo com o contexto em que foram mencionadas. As análises de cada palavra-chave foram feitas a partir do contexto em que ela foi mencionada, tendo como parâmetro os princípios dispostos da Lei nº 11.346/2006.



Nenhum candidato ou candidata mencionou todas as palavras-chave pesquisadas, como se pode visualizar no infográfico apresentado no item “Análise dos Programas”. Os programas de **Fernando Haddad (PT)** e de **Guilherme Boulos (PSOL)** foram os que mais mencionaram as palavras-chave relacionadas à agenda de SAN: **Haddad (PT)** citou 18 (90%) dentre as 20 palavras pesquisadas e **Boulos (PSOL)** 17 (85%).

O programa de **Marina Silva (REDE)** menciona 16 (80%) das 20 palavras e no de **Ciro Gomes (PDT)** foram identificadas 14 (70%) das palavras pesquisadas. Os demais candidatos citaram menos de 10 (50%) palavras do total das 20 pesquisadas. O candidato **Álvaro Dias (PODE)** não mencionou nenhum dos termos.

Entre as palavras pesquisadas, a localização da expressão ‘segurança alimentar e nutricional’ poderia indicar conhecimento com a amplitude desta agenda. Somente o candidato **Fernando Haddad (PT)** menciona a expressão ‘segurança alimentar e nutricional’ e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) como agenda para seu governo, quando cita que “retomará e ampliará a política nacional de segurança alimentar e nutricional, combatendo a desnutrição infantil e promovendo a Soberania Alimentar” (p. 30). No entanto, a expressão não está citada em articulação a outros setores relevantes, estando limitada ao capítulo de combate à fome e à pobreza.

O candidato **Guilherme Boulos (PSOL)** defende a garantia da “segurança alimentar” a partir da agricultura familiar, da defesa do meio ambiente e da diminuição do uso de agrotóxicos. Ele é o único candidato que assume explicitamente posição contrária ao uso de sementes transgênicas na agricultura: *“Fortalecer e estimular a agricultura popular (assentamentos, quilombolas, indígenas, posseiros, agricultura familiar/camponesa), sem veneno nem transgênicos. Iniciar um processo de transição para que ocorra uma reforma estrutural na produção de alimentos no Brasil, visando a completa eliminação das sementes transgênicas e dos agrotóxicos na agricultura; combater o agro-negócio, que faz com que hoje cada brasileiro consuma por ano, em média, 7,3 litros de veneno”* (p.131).

Os candidatos **Guilherme Boulos (PSOL)**, **Fernando Haddad (PT)**, **Marina Silva (REDE)** e **João Goulart Filho (PPL)** são os candidatos que mais mencionam propostas voltadas à agricultura familiar, como a concessão de créditos, assistência técnica, incentivo às cooperativas agrícolas e ao escoamento da produção. **Guilherme Boulos (PSOL)** propõe a reforma agrária como central no apoio às populações rurais. **Fernando Haddad (PT)** e **Marina Silva (REDE)** citam o incentivo aos programas existentes como o Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Boulos, Haddad e Marina** defendem o fortalecimento do incentivo à agricultura agroecológica, livre ou com baixo uso de agrotóxico.

João Goulart Filho (PPL) e **Fernando Haddad (PT)** afirmam que irão reorientar a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a compra de alimentos da agricultura familiar. Os candidatos **Guilherme Boulos (PSOL)**, **Ciro Gomes (PDT)** e **Fernando Haddad (PT)** citam o termo “fome” em seus programas de governo. **Para Guilherme Boulos (PSOL)**, a reforma agrária resolverá a questão da fome da população. **Ciro Gomes (PDT)** propõe que programas sociais como o Bolsa Família sejam mantidos e aprimorados para o combate à fome. **Fernando Haddad (PT)** afirma que dará continuidade ao protagonismo de combate à miséria e à fome do governo Lula.

Análise dos Programas

Abaixo estão apresentadas duas figuras, um infográfico que indica a presença ou não das palavras-chave nos programas dos presidentiáveis, e a seguir uma tabela com o número de vezes que cada palavra-chave está citada em cada programa de governo. Os nomes das candidatas e candidatos estão apresentados em ordem alfabética e a legenda esclarece os significados de cada cor adotada.

PRE-SIDENCIÁVEIS / PALAVRAS-CHAVES	Alvaro Dias (PODE)	Cabo Daciolo (PATRI)	Ciro Gomes (PDT)	Eymael (DC)	Geraldo Aickmin (PSDB)	Guilherme Boulos (PSOL)	Henrique Meirelles (MDB)	Jair Bolsonaro (PSL)	João Amoêdo (NOVO)	João Goulart Filho (PPL)	Fernando Haddad (PT)	Marina Silva (REDE)	Vera Lúcia (PSTU)
1. Abastecimento Alimentar	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
2. Agricultura Familiar	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
3. Agroecologia	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
4. Agronegócio	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
5. Agrotóxico	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
6. Água/Cisterna	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
7. Alimentação saudável	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
8. Bolsa Família	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
9. Fome	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
10. Mudança Climática	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
11. Mulher e gênero	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
12. Nutrição	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
13. Obesidade	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
14. Pobreza	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
15. População Negra	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
16. Povos e Comunidades Tradicionais	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
17. Povos indígenas	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
18. Segurança Alimentar e Nutricional	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
19. Terra e Território (Reforma Agrária)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
20. Transgênico	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●

Legenda	Cor
Palavra-chave citada e narrativa coerente ao conceito de SAN e princípios da Losan	●
Palavra-chave não mencionada ou, se mencionada, a narrativa não é coerente ao conceito de SAN e princípios da Losan	●
Palavra-chave mencionada mas, não há detalhamento e/ou não é plenamente coerente ao conceito de SAN e princípios da Losan	●

Os três candidatos que mais mencionam as palavras-chave pesquisadas são **Guilherme Boulos (PSOL)**, com 542 citações, seguido por **Haddad (PT)**, com 245 menções, e **Ciro Gomes (PDT)**, com 90.

PRESIDENCIÁVEIS / PALAVRAS-CHAVES	Alvaro Dias (PODE)	Cabo Daciolo (PATRI)	Ciro Gomes (PDT)	Eymael (DC)	Geraldo Aickmin (PSDB)	Guilherme Boulos (PSOL)	Henrique Meirelles (MDB)	Jair Bolsonaro (PSL)	João Amoêdo (NOVO)	Goulart Filho (PPL)	Fernando Haddad (PT)	Marina Silva (REDE)	Vera Lúcia (PSTU)
1. Abastecimento Alimentar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
2. Agricultura Familiar	0	0	2	0	0	3	0	0	0	0	13	4	0
3. Agroecologia	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	12	4	0
4. Agronegócio	1	0	4	1	0	11	0	0	3	5	4	0	4
5. Agrotóxico	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	7	3	0
6. Água/Cisterna	0	0	0	0	0	37	0	0	1	4	38	9	0
7. Alimentação saudável	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	0
8. Bolsa Família	0	0	3	0	1	1	1	4	3	0	5	1	0
9. Fome	0	0	1	0	0	1	0	1	0	1	6	0	2
10. Mudança Climática	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1	4	3	0
11. Mulher e gênero	0	0	47	0	2	172	2	1	0	20	47	9	4
12. Nutrição	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	4	0	0
13. Obesidade	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
14. Pobreza	0	1	7	0	0	7	0	0	13	0	16	6	2
15. População Negra	0	0	16	0	1	112	4	0	0	15	28	4	6
16. Povos e Comunidades Tradicionais	0	0	1	0	0	12	0	0	0	1	1	8	0
17. Povos Indígenas	0	0	1	0	1	54	0	0	0	2	15	3	1
18. Segurança Alimentar e Nutricional	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	4	0	0
19. Terra e Território (Reforma Agrária)	0	0	6	0	0	109	0	1	0	18	40	12	3
20. Transgênico	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1	1	90	1	5	542	7	10	21	67	245	69	22


A seguir estão descritas, em ordem alfabética, as análises para cada uma das 20 palavras-chave pesquisadas.

1. Abastecimento alimentar

Apenas Haddad (PT) e João Goulart Filho (PPL) mencionam o tema. **João Goulart Filho (PPL)** prevê a retomada das funções da Conab de financiamento da produção, armazenagem e distribuição de alimentos. **Haddad (PT)** menciona que *“reorientará a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para a compra de alimentos da agricultura familiar”* (p.57). Além disso, defende que *“viver bem no campo tem como pressuposto integrar três dimensões essenciais à transição ecológica: produzir alimento saudável como prioridade da agricultura familiar, gerando emprego e renda no campo e abastecimento com qualidade nutricional nas cidades”* (p.8).

2. Agricultura familiar

O candidato **Guilherme Boulos (PSOL)** cita propostas de incentivo à agricultura com a retomada das metas e objetivos do 2º Plano Nacional de Reforma Agrária (2003), fortalecimento e criação dos programas de cooperação agrícola, transição do atual modelo de agricultura para uma produção livre de sementes transgênicas e agrotóxico, fomento da permanência do trabalhador rural no campo a partir da oferta de créditos, capacitação rural e fortalecimento de programas que facilitem a comercialização dos produtos agrícolas.



O candidato **Fernando Haddad (PT)** indica o fortalecimento de políticas para a agricultura familiar, com a ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). **Haddad (PT)** afirma que reorientará a atuação da Conab para a compra de alimentos da agricultura familiar e potencializará o escoamento da produção agrícola e mecanismos de acesso ao crédito. No campo da pesquisa, propõe aprimorar o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária e recuperar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para incentivo de pesquisas voltadas à agricultura de base agroecológica.


Marina Silva (REDE) menciona os programas Pronaf e PAA para incentivo à agricultura familiar. Também propõe a capacitação técnica em bases agroecológicas, incentivo a incubadoras em universidades para produção de insumos agroecológicos, promoção da oferta de compostos orgânicos, seguro rural e incentivo às cooperativas de agricultores familiares. **Marina (REDE)** afirma: *“Nossas políticas de apoio à agricultura familiar incluem a ampliação dos recursos destinados à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com o objetivo será investir no desenvolvimento de tecnologias e insumos apropriados”* (p. 37).

João Goulart Filho (PPL) cita: *“garantia de preços rentáveis para o agricultor, compra antecipada de toda produção de alimentos dos pequenos produtores, crédito rural suficiente e subsidiado, seguro rural, assistência tecnológica, armazenagem, apoio ao acesso a máquinas, equipamentos e insumos”* (p. 4). Propõe a reforma agrária, incentivo às cooperações agrícolas, destaca a função da Conab na garantia da estabilidade de preços e propõe a criação da Empresa Brasileira de Comércio Exterior, a fim de “barrar a dependência do pequeno e médio produtor rural em relação às transnacionais”.

Vera Lúcia (PSTU) propõe a reforma agrária, concessão de crédito, apoio técnico e demais incentivos à produção e comercialização, sem detalhar as propostas.

José Maria Eymael (DC) cita o apoio à agricultura familiar (pequenos produtores), sem detalhamentos.

Ciro Gomes (PDT) refere-se à agricultura familiar como um dos setores que serão estimulados a fim de gerar emprego e contribuir com a economia do país. Propõe o aumento da concessão de crédito à agricultura (não limitado à agricultura familiar), ampliação da assistência técnica e extensão rural especializada para sistemas agrícolas tradicionais.



Henrique Meirelles (MDB) propõe o financiamento, inovação e expansão dos projetos dos pequenos irrigantes, mas não informa se beneficiará os agricultores irrigantes de base familiar.

Geraldo Alckmin (PSDB) não cita diretamente a agricultura familiar. O candidato menciona a consolidação de programas de seguro rural, sem explicitar se contemplará o pequeno produtor. Demais candidatos não citam a palavra ou temas correlacionados.

3. Agroecologia

O tema Agroecologia foi mencionado pelos presidenciais **Guilherme Boulos (PSOL)**, **Fernando Haddad (PT)** e **Marina Silva (REDE)**.

Boulos (PSOL) defende a agroecologia como modelo alternativo ao agronegócio, possibilitando a democratização do acesso à terra, combate à fome e criação de empregos nas regiões rurais: *“Ao contrário do agronegócio, que só gera concentração de renda, desemprego, pobreza e envenenamento da terra e da água, a Reforma Agrária Popular e Agroecológica pode resolver imediatamente quatro graves problemas da população mais pobre do meio rural: primeiro, ao conquistar um pedaço de terra; segundo, resolverá a questão da fome, pois a família na terra produzirá sua própria comida; terceiro, resolverá o problema do emprego, pois é o trabalho familiar que vai garantir o sustento de todos; quarto, resolverá o problema da renda, pois depois de algum tempo na terra as famílias se organizam para produzir não só para a subsistência, produzem um excedente para ser comercializado, criam associações e cooperativas, desenvolvem formas de cooperação agrícola, se utilizam de tecnologias sustentáveis para aumentar a produção”* (p.128).

Fernando Haddad (PT) propõe uma transição agroecológica em que *“os investimentos em agroecologia e na mudança da estrutura produtiva vão garantir um futuro moderno e sustentável em que todos possam respirar ar limpo, beber água potável, comer alimentos saudáveis, usufruir de mares e rios salubres, viver com saúde, ter empregos dignos e se orgulhar de suas raízes, sejam elas da cidade ou do campo.”* (p.47). Além disso, explicita que essa transição contará com a participação da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e da Embrapa.

Marina (REDE) afirma que buscará fortalecer a agroecologia a partir de várias frentes para, assim, *“expandir programas de capacitação técnica para pequenos agricultores, dando atenção especial à agroecologia”* (p.37). Além disso, pretende incentivar a compostagem por meio de parcerias com municípios,

criação de pequenas unidades processadoras de bioinsumos, apoio à criação de núcleos de agroecologia nas instituições de ensino e o fomento à capacitação de agricultores familiares envolvidos em cooperativas.

4. Agronegócio

O programa de **Guilherme Boulos (PSOL)** cita que se deve “*combater o agronegócio, que faz com que hoje cada brasileiro consuma por ano, em média, 7,3 litros de veneno*” (p. 131) e propõe a reforma agrária popular e a agroecológica como elementos-chave para a transformação do modelo produtivo.


Fernando Haddad (PT), Marina Silva (REDE) e Vera Lúcia (PSTU) apresentam proposta para um agronegócio sustentável.

Fernando Haddad (PT) propõe a regulação do grande agronegócio para que a atividade atenda aos interesses da soberania alimentar e que seja sustentável, com novas diretrizes para o Plano Safra, para que o financiamento sustente a agricultura de baixo carbono – Plano Safra ABC; ordenamento da expansão territorial da agricultura de escala e crédito rural que valorize as boas práticas ambientais na agricultura. O programa de governo do candidato do PT afirma ainda que “*por meio de políticas fiscais, serão estimuladas as exportações de produtos de maior valor agregado para reduzir a primarização da pauta exportadora*” (p. 56).

Marina da Silva (REDE) cita medidas para o desenvolvimento do setor agrícola, como o estímulo privado à infraestrutura, maior integração e livre comércio de produtos agropecuários, valorização da produção e a comercialização de forma sustentável e fortalecimento do controle sanitário. O programa da candidata **Marina (REDE)** afirma também que é necessária a racionalização no uso de insumos e agrotóxicos, melhoria na conservação do solo e diversificação da produção. Para inovação no setor, destaca que irá fomentar as pesquisas na Embrapa e outras instituições.

Vera Lúcia (PSTU) defende a estatização do agronegócio para melhor atender às necessidades da população e, assim, desenvolver um maior controle sustentável: “*Defendemos a nacionalização e estatização do grande latifúndio e do chamado agronegócio sob o controle dos trabalhadores para que definam a sua produção, de acordo com as necessidades do povo e em harmonia com o meio ambiente*” (p. 3).

Ciro Gomes (PDT) e João Amoêdo (NOVO) preconizam a modernização do agronegócio e a produção de bens de maior valor agregado. O plano de



governo de **Ciro Gomes (PDT)** diz que “o agronegócio, que tanto tem ajudado nossa economia, também deverá ser estimulado a produzir bens com maior valor agregado, para gerar ainda mais riqueza ao país” (p. 6).

José Maria Eymael (DC) afirma que apoiará o agronegócio com ações de governo específicas, ao mesmo tempo que apoiará os pequenos produtores, mas não detalha as propostas.

Álvaro Dias (PODE) defende o aumento da produção agrária e do comércio com a recuperação da infraestrutura e expansão dos acordos comerciais.

Cabo Daciolo (PATRI) propõe aumento da integração das rodovias às hidrovias e ferrovias para melhorar o escoamento da produção.

Geraldo Alckmin (PSDB) e **Jair Bolsonaro (PSL)** preconizam a segurança jurídica sob a propriedade privada no campo. **Bolsonaro (PSL)** também pretende criar uma única pasta ministerial para tratar de assuntos relacionados ao campo, não indicando quais das pastas atuais seriam unificadas. **Alckmin (PSDB)** prevê fortalecimento da agroindústria por meio do desenvolvimento tecnológico.

João Goulart Filho (PPL) afirma que o agronegócio beneficia apenas aos banqueiros, as transnacionais e os grandes proprietários de terras. Defende que o Estado obtenha parte da renda do agronegócio por meio de impostos e crie políticas que beneficiem o pequeno e médio produtor rural, como: crédito rural, seguro rural, assistência tecnológica e armazenamento.

Henrique Meirelles (MDB) indica a importância das obras de infraestrutura e logística para o aumento da competitividade da agricultura brasileira.

5. Agrotóxicos

Guilherme Boulos (PSOL) propõe uma agricultura livre de agrotóxicos, revogando todas as medidas que facilitem a inserção desses produtos na agricultura com o intuito de reverter a lógica de produção agrícola.

Fernando Haddad (PT) cita a criação de um programa de redução de agrotóxicos, com maior estímulo aos biopesticidas e atualização da legislação nacional, atendendo às recomendações da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Afirma que revisará os tributos sobre os insumos químicos proibidos em outras partes do mundo, além de propor a revisão dos agrotóxicos autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Marina Silva (REDE) diz que apoiará a aprovação do projeto de lei da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pnara).

Ciro Gomes (PDT) sugere a fabricação de insumos de menor caráter tóxico e específico para as culturas nacionais. Afirma que incentivará o manejo fitossanitário alternativo, mas não detalha estas políticas.

Os(as) outros(as) presidentiáveis não citam o tema ou correlacionados.

6. Água/cisterna


Álvaro Dias (PODE), Cabo Daciolo (PATRI), José Maria Eymael (DC), Geraldo Alckmin (PSDB), Jair Bolsonaro (PSL) e Vera Lúcia (PSTU) não citam o tema.

Ciro Gomes (PDT) prevê a extensão dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e compatibilização entre as agendas Marrom (Política Nacional de Meio Ambiente), Verde (Novo Código Florestal) e Azul (Política Nacional de Recursos Hídricos).

Guilherme Boulos (PSOL) propõe a universalização do abastecimento e “nacionalização de setores como a água” (p.13), *“além de intensificar o programa de construção de Cisternas nos estados do Polígono das Secas e os programas de saneamento rurais autossustentados e autogeridos por comunidades locais, dotando-os de assistência técnica contínua.”* (p.122). *Boulos (PSOL) critica iniciativas que tratam a água enquanto mercadoria e fonte de lucro. Assim, defende a “presença da sociedade civil no conselho das empresas responsáveis pela gestão hídrica quanto a divulgação das condições e riscos envolvidos para disponibilizar a água na quantidade e qualidade necessária a todos. Deve estar associada à universalização também do saneamento básico e à eliminação das fontes de poluição agrícola (pesticidas e fertilizantes), química e industrial. Necessitamos retomar a proteção dos nossos rios e aquíferos ameaçados de destruição pelo agronegócio e pela mineração. Água exige uma administração democrática, participativa, com distribuição de responsabilidade e arranjos institucionais complexos”* (p.134).

Henrique Meirelles (MDB) propõe que os programas voltados à recuperação de nascentes e revitalização do Rio São Francisco sejam acelerados.

João Amoêdo (NOVO) propõe o saneamento e recuperação dos rios, baías e praias juntamente com o setor privado.



João Goulart Filho (PPL) afirma que a sua meta é universalizar o acesso à água potável e o aumento para 80% o acesso aos serviços de esgoto em cinco anos, garantindo que a Caixa Econômica Federal (CEF) e os recursos orçamentários ampliem o financiamento necessário para os estados e municípios. Diz ainda que revogará a medida provisória 844/2018, que prevê a privatização dos serviços de saneamento.

Fernando Haddad (PT) cita que garantirá a universalização da água com qualidade e regularidade, atendendo às metas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de Água e Saneamento da ONU, retomando a Política de Saneamento Ambiental Integrado que avance no objetivo de universalização da cobertura de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário e na disposição e tratamento de resíduos sólidos. Afirma que retomará ou dará início a obras de adutoras, canais, barragens, reuso e reciclagem da água e dessalinização de água do mar, revitalização de bacias hidrográficas e despoluição dos rios. Diz que fortalecerá as ações federativas para proteger os aquíferos e os lençóis freáticos. Pretende racionalizar os recursos hídricos na agricultura em um novo modelo de irrigação e retomar e ampliar o projeto 1 Milhão de Cisternas. Propõe a revitalização do rio São Francisco e pactos dos termos de gestão da água da transposição com os estados beneficiados.

Marina Silva (REDE) propõe a universalização do saneamento básico, expansão do sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto. Afirma que promoverá maior institucionalidade nos municípios para que o Plano Municipal de Saneamento (PMSB) seja elaborado de forma adequada. Diz que promoverá campanhas educativas e políticas que visem à economia no uso da água, aproveitamento de uso de águas pluviais, reuso e redução do desperdício. Propõe incentivar a recuperação de nascentes, revitalização de sub-bacias e afirma que criará programas de incentivo à preservação e recuperação de mananciais.

7. Alimentação saudável

Cinco presidentiáveis citam a palavra “alimentação” em seus planos de governo.

Guilherme Boulos (PSOL) afirma defender a alimentação saudável, optando pela redução do uso de agrotóxicos e dos preços dos alimentos e priorizando a produção local de alimentos baseados na agricultura familiar.

Fernando Haddad (PT) propõe amplas políticas para alimentação baseadas na agricultura familiar e afirma defender a promoção da agroindustrialização

por meio dos processos cooperativos, buscando o *“fortalecimento, à expansão da agricultura familiar e à promoção da agroindustrialização, especialmente a baseada em processos cooperativos, de diversificação da produção regional, de estruturas produtivas de pequeno e médio porte articuladas com um sistema de armazenamento e comercialização dos produtos da agricultura camponesa.”* (p. 56). **Haddad (PT)** menciona que *“o governo vai atuar fortemente na área da promoção da saúde, com políticas regulatórias e tributárias (referentes ao tabaco, sal, gorduras, açúcares, agrotóxicos etc.), por meio de programas que incentivem a atividade física e alimentação adequada, saudável e segura”* (p. 27). O candidato registra que irá atualizar e ampliar o PAA e o Pnae e reorientará a atuação da Conab para a compra de alimentos da agricultura familiar.

Marina Silva (REDE) afirma que defenderá a promoção da alimentação saudável por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF). Propõe uma política de alimentação integrada ao desenvolvimento infantil junto com outras políticas de saúde pública e também estimula a alimentação vegetariana.

Cabo Daciolo (PATRI) cita a alimentação como direito constitucional, mas não detalha nenhuma proposta.

Ciro Gomes (PDT) destaca a dimensão cultural da alimentação a partir da diversidade regional da culinária e dos hábitos alimentares.

8. Bolsa Família

A maioria das candidatas e candidatos à Presidência (8) cita o programa Bolsa Família.

Henrique Meirelles (MDB) menciona o programa quando propõe a criação de um programa de financiamento do pagamento de creches particulares para as famílias que são atendidas pelo Bolsa Família.

Geraldo Alckmin (PSDB) prevê o fortalecimento do programa Bolsa Família.

Jair Bolsonaro (PSL) afirma que defende o aumento do valor da transferência de renda e advoga pela criação de uma renda mínima universal.

João Amoêdo (NOVO) reconhece o êxito do programa, mas não defende as iniciativas de distribuição de renda e propõe a criação de alternativas *“frente à dependência estatal que estas iniciativas criam”*.

Guilherme Boulos (PSOL) e **Marina Silva (REDE)**, além de defenderem o Bolsa Família, também propõem uma renda mínima universal. **Boulos (PSOL)** prevê *“garantir a todas as pessoas, junto com a redução substantiva da jornada, uma renda básica universal”* (p. 147) e **Marina (REDE)** afirma que *“Estudaremos, ainda, as possibilidades da implantação de programa de renda mínima universal”* (p. 20).

Ciro Gomes (PDT) também propõe a renda mínima, a partir de determinada idade (não indica a idade) e cita que manterá e ampliará, na medida que for necessário, programas sociais *“que estão dando certo”*, como o Bolsa Família.

Haddad (PT) afirma que vai *“incorporar as famílias em condição de pobreza sem acesso ao Bolsa família e promoverá a universalização da segurança de renda e ampliação de cobertura quanto a fatores de insegurança e desproteção social, especialmente inclusão produtiva.”* (p. 208).

9. Fome

Apenas três candidatos citam explicitamente o termo “fome”. **Guilherme Boulos (PSOL)** afirma que a *“reforma agrária popular e agroecológica [...] resolverá a questão da fome, pois a família na terra produzirá sua própria comida”* (p. 129).


Ciro Gomes (PDT) realça a importância das políticas sociais já implantadas no país, como o Bolsa Família, no combate à fome e afirma que irá aprimorar essas políticas.

O plano de **Fernando Haddad (PT)** afirma que irá interromper o retorno do Brasil ao Mapa da Fome e retomará o protagonismo de combate à fome e à miséria implantados no governo Lula.

10. Mudança climática

Álvaro Dias (PODE), **Cabo Daciolo (PATRI)**, **Eymael (DC)** e **Vera Lúcia (PSTU)** não citam o tema.

Ciro Gomes (PDT) propõe ações para implementar as metas climáticas de redução dos gases do efeito estufa, até 2020 (Acordo de Paris), como o estímulo à adoção de energias renováveis, a estratégias para redução do desmatamento, articulação com outros países para o cumprimento das metas, criação de sistema de informação sobre a emissão de carbono e taxaço para quem polui.



Geraldo Alckmin (PSDB) afirma que em seu governo cumprirá as metas assumidas no Acordo de Paris².

Henrique Meirelles (MDB) também afirma que irá seguir com os objetivos do Acordo de Paris, por meio de incentivo à bioenergia sustentável, energias renováveis e reflorestamento. Propõe avançar com programas de redução do desmatamento na Amazônia.

Guilherme Boulos (PSOL) associa as mudanças climáticas à atuação do agronegócio, que avança em regiões como Amazônia e Cerrado e o papel negativo que as grandes hidrelétricas e as termoeletricas desempenham. Desse modo, propõe atacar o *“modelo energético e produtivo atual, cada vez mais emissor de GEE provenientes da queima de combustíveis fósseis; e (2) o modelo agropecuário, que ao invés de produzir empregos, promover o bem-estar do homem do campo e pôr comida barata e saudável no prato do povo brasileiro, se limita a produzir commodities para exportações e aumentar as concentrações de GEE na atmosfera”* (p.137). Ressalta a importância do acordo de Paris.

Jair Bolsonaro (PSL) cita o papel do gás natural na transição para reduzir a emissão de gás carbônico e propõe: *“O gás natural exercerá papel fundamental na matriz elétrica e energética nacional, propiciando a qualidade e segurança energética para a expansão de forma combinada com as energia fotovoltaica e eólica”* (p.74).

João Amêdo (NOVO) propõe a ampliação da energia renovável, aplicação do código florestal, redução do desmatamento ilegal na Amazônia Legal e conciliação da conservação ambiental com o desenvolvimento agrícola.

João Goulart Filho (PPL) afirma que fortalecerá a transição para combustíveis menos poluentes e estimulará as políticas de transporte coletivo. Propõe a revisão do Código Florestal.

Haddad (PT) associa as mudanças climáticas às transformações no meio ambiente. Afirma que *“é no campo que os impactos das mudanças climáticas serão mais sentidos, dada a vulnerabilidade da produção aos seus efeitos, tanto na agricultura de subsistência, com efeitos graves sobre os povos do campo, das florestas e das águas, quanto na agroexportadora que tem papel importante na balança comercial brasileira. Entretanto, é também o campo que pode dar contribuições mais substanciais para a transição ecológica no*

2. O Acordo de Paris é um tratado firmado pelos 195 países parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC - sigla em inglês), que rege medidas de redução de emissão dióxido de carbono a partir de 2020. O acordo foi negociado durante a COP-21, em Paris e foi aprovado em 12 de dezembro de 2015.

Brasil.” (p.55). Defende, desse modo, “as práticas de manejo e conservação do solo, da vegetação nativa e das águas, que promovam a soberania alimentar, hídrica e energética, conservando paisagens e serviços ecossistêmicos, numa perspectiva agroecológica” (p.58).

Marina Silva (REDE) propõe estratégias a curto e longo prazo a fim de conter as mudanças climáticas. Afirma que desenvolverá políticas de mobilidade urbana para baixa emissão de poluentes, veículos elétricos e movidos a biocombustíveis e geração de energia limpa e renovável. Diz que promoverá também o alinhamento das políticas públicas aos objetivos gerais do Acordo de Paris, colocando a Petrobras na liderança dos investimentos em energias limpas. Propõe criar um programa de instalação de unidades de geração de energia solar fotovoltaica para cidades e comunidades vulneráveis. Defende a ampliação do monitoramento de desmatamento, degradação e mudanças na cobertura do solo a fim de atingir o desmatamento zero. Diz que estabelecerá a precificação das emissões de gases de efeito estufa compensação financeira para comunidades tradicionais e agricultores familiares pela conservação da biodiversidade e ecossistemas e práticas de agricultura de baixo carbono nos planos-safra anuais.

11. Mulher/gênero

Álvaro Dias (PODE), Cabo Daciolo (PATRI), José Maria Eymael (DC) e João Amoêdo (NOVO) não citaram a expressão “mulher” ou “gênero” em seus planos de governo.


Jair Bolsonaro (PSL) cita o combate ao estupro de mulheres e crianças, mas não menciona políticas para as mulheres.

Geraldo Alckmin (PSDB) afirma que estabelecerá um pacto nacional para a redução de violência contra mulheres e incentivará a criação de redes não-governamentais contra o tráfico sexual, mas não avança em propostas voltadas ao direito da mulher e à igualdade de gênero.

Henrique Meirelles (MDB) propõe igualdade de gênero no trabalho e paridade salarial como conduta de atenção à mulher.

Vera Lúcia (PSTU) cita a importância do espaço feminino no mercado de trabalho, redução da violência e respeito à liberdade do corpo: “*Em defesa da mulher trabalhadora, combatemos todo tipo de violência à mulher; por igualdade de direitos e salários; aborto livre, público e gratuito*” (p. 4).

Guilherme Boulos (PSOL) destinará 1% do Produto Interno Bruto (PIB) para



políticas específicas para promoção da igualdade de direitos e redução da violência contra as mulheres, com ações de assistência para inserção no mercado de trabalho, como o aumento do acesso às creches.

João Goulart Filho (PPL) menciona que *“cabe ao Estado proporcionar às mulheres todas as garantias para que possam se desenvolver plenamente”* (p. 11). Para isso, prevê igualdade de gênero e salarial, aprovando no Congresso uma lei específica, aumento de creche integral e licença maternidade, combate à violência com policiamento específico e delegacias da mulher.


Fernando Haddad (PT) propõe o combate ao feminicídio por meio de medidas preventivas e serviços de apoio como a Casa da Mulher Brasileira e a Lei Maria da Penha. Cita a importância do combate à exclusão da mulher na sociedade, propõe que o Pronaf fortaleça a tomada de crédito por mulheres produtoras, destaca o papel da mulher em cargos públicos, apoia a sua liberdade sexual e afirma que garantirá a atenção à saúde integral e à maternidade. Também propõe a expansão de creches como forma de conceder maior liberdade e condições de a mulher se inserir/retornar ao mercado de trabalho.

Marina Silva (REDE) propõe o combate ao feminicídio e ao tráfico de pessoas (“atinge mais mulheres”), o fortalecimento do direito à igualdade de gênero, a capacitação profissional e a ampliação de creches. Defende maior efetividade do Programa de Planejamento Reprodutivo e Planejamento Familiar.

Ciro Gomes (PDT) menciona propostas de igualdade de gênero, propondo maior inserção das mulheres na política, recriação da Secretaria das Mulheres, paridade salarial para trabalho igual, garantia de acesso igual ao mercado de trabalho, incentivo à conferência de mulheres em nível nacional e estadual, efetividade da Lei Maria da Penha, aumento de delegacias da mulher, combate à violência, educação sexual e fortalecimento de direitos reprodutivos, aumento de vagas em creches e o combate à violência e desrespeito no Sistema Único de Saúde (SUS).

12. Nutrição

O termo ‘nutrição’, ou o seu sentido no contexto das políticas públicas, é descrito no plano da candidata **Marina Silva (REDE)**, quando menciona que incentivará a alimentação saudável com uma maior inserção dos profissionais de Nutrição nas Estratégias da Saúde da Família (ESF), instituindo a Política Nacional para a Primeira Infância.



O plano de governo de **Ciro Gomes (PDT)** cita a importância da qualidade de vida e nutrição na primeira infância e para as gestantes, por meio do fortalecimento do Programa de Saúde da Família (PSF).

Fernando Haddad (PT) afirma que irá combater a desnutrição infantil e garantir a soberania alimentar.

13. Obesidade

Somente o plano de governo do candidato **Jair Bolsonaro (PSL)** menciona (uma vez) a palavra “obesidade”, indicando a necessidade de aumento da atividade física. O candidato defende o Programa Saúde da Família (PSF) e, a partir deste, prevê a inclusão de profissionais de educação física no acompanhamento das famílias, visando à redução da obesidade: *“Outro exemplo será a inclusão dos profissionais de educação física no programa de Saúde da Família, com o objetivo de ativar as academias ao livre como meio de combater o sedentarismo e a obesidade e suas graves consequências à população como AVC e infarto do miocárdio”* (p. 40).

14. Pobreza


O candidato **Álvaro Dias (PODE)** não cita a palavra “pobreza” no seu programa de governo.

Ciro Gomes (PDT), **Cabo Daciolo (PATRI)** e **Goulart Filho (PPL)** propõem um projeto nacional de desenvolvimento para a superação da pobreza.

José Maria Eymael (DC) afirma a importância das metas sociais no combate à pobreza.

Geraldo Alckmin (PSDB) pontua a necessidade de comprometimento governamental para a superação da pobreza, evidenciando o acesso à saúde e educação como elemento-chave.

Guilherme Boulos (PSOL) afirma defender o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e a participação popular descentralizada na formulação das políticas públicas, visando à participação da população nos municípios na formulação de políticas sociais: *“...criou-se uma inovadora rede de serviços socioassistenciais de proteção básica e especial, que visa concretizar a assistência social como direito social e dever do Estado”* (p. 150).



Fernando Haddad (PT) destaca a importância de fortalecer o Suas e de ampliar as políticas sociais integradas à inclusão produtiva, a partir da experiência dos mandatos que exerceu, em *“uma concepção de Seguridade Social universal, democrática, pública, integrada, redistributiva e com serviços de qualidade, reafirmando os princípios constitucionais e que possibilitou a construção de uma ampla e territorializada rede de proteção social”* (p. 29).

Marina Silva (REDE) defende o combate à pobreza por meio de um sistema de assistência social integrada ao desenvolvimento familiar e *“... integrada e personalizada a cada família. Fortalecemos a atuação dos Centro de Referência em Assistência Social (Cras) e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) com a criação de uma rede de Agentes de Desenvolvimento Familiar”* (p.20).

Henrique Meirelles (MDB) destaca o crescimento econômico e a reforma tributária como ferramentas para o combate à pobreza.

Jair Bolsonaro (PSL) propõe o controle das contas públicas e políticas macroeconômicas para o crescimento como meios de combate à pobreza, sem explicitar quais seriam essas políticas.

João Amoêdo (NOVO) ressalta a geração de renda e a criação de novos empregos como formas de combate à pobreza.


Vera Lúcia (PSTU) identifica o aumento da pobreza como fruto de crises do capitalismo.

15. População negra

Álvaro Dias (PODE), Cabo Daciolo (PATRI), José Maria Eymael (DC), Henrique Meirelles (MDB), Jair Bolsonaro (PSL) e João Amoêdo (NOVO) não citam a população negra.

Geraldo Alckmin (PSDB) afirma que adotará políticas afirmativas e de apoio às vítimas de violência racial, mas não propõe medidas de prevenção ao racismo.

Ciro Gomes (PDT) cita propostas apoiadas no direito da população negra, entre elas a valorização da história e cultura das *“etnias africanas”* (p.49), assistência social, combate à xenofobia nos sistemas de saúde, incentivo a debates com temas relevantes para empoderamento da população negra, agregação de pontos de vantagem ou pré-requisitos para empresas que adotem políticas



afirmativas. Propõe manter o sistema de cotas em universidades e propõe o fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapi) com adesão dos municípios.

Marina Silva (REDE) afirma que, para a garantia dos direitos da população negra, serão mantidas as ações afirmativas e de equidade que garantam acesso à educação superior, à terra, ao mercado de trabalho com equidades salariais. Diz que investirá em políticas de prevenção e combate à violência racial e promoverá a valorização da cultura negra.

João Goulart Filho (PPL) defende fortalecer e valorizar a cultura negra, combater o ataque à liberdade religiosa, manter o sistema de cotas e a necessidade de capacitação dos profissionais da saúde pública para atender as especificidades desta população.

Fernando Haddad (PT) propõe o combate ao racismo, a fiscalização para coibir discriminação no SUS, medidas para indução da valorização da população negra no mercado de trabalho e equiparação salarial, maior participação do “*Ministério da Promoção da Igualdade Racial*” (p.19) para avaliação do impacto racial e elaboração de políticas focais. Afirma que irá propor um pacto nacional para elaboração e implementação de um Plano Nacional de Redução da Mortalidade da Juventude Negra e Periférica.


Guilherme Boulos (PSOL) defende a criação de um Fundo de Políticas de Combate ao Racismo com percentual fixo do orçamento, fomento à cultura negra, garantia de políticas de moradia popular como: implementação da função social da propriedade, regularização fundiária de moradias em favelas e empreendimentos populares e urbanização das favelas.

Vera Lúcia (PSTU) cita em seu plano de governo: “*Defendemos o combate ao racismo e ao mito da democracia racial: Por reparação histórica, fim da superexploração e do genocídio da juventude negra e pobre, e o fim das desigualdades sociais entre negros e brancos*” (p. 4).

16. Povos e comunidades tradicionais

João Goulart (PPL) e **Vera Lúcia (PSTU)** defendem a garantia territorial das populações tradicionais e incentivos a criação de cooperativas agrícolas.

Os candidatos **Ciro Gomes (PDT)**, **Fernando Haddad (PT)** e **Marina Silva (REDE)** propõem o fortalecimento do direito ao uso da terra, a garantia de acessibilidade ao ensino profissional e incentivo ao empreendedorismo, além



de garantir saneamento básico, ocupação de espaços na sociedade e valorização da cultura dos povos tradicionais.

Haddad (PT) afirma o compromisso com a Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural.

Guilherme Boulos (PSOL) defende a preservação da autonomia e direitos desses povos, a retomada de forma efetiva do Programa Bolsa Permanência aos universitários da rede federal e incentivo à criação de programas de cooperação agrícola em nível estadual e nacional, que abarque comunidades tradicionais e demais povos. **Boulos (PSOL)** afirma ainda que a Reforma Agrária pode ser capaz de resolver graves problemas envolvendo essa população.

17. Povos indígenas


Álvaro Dias (PODE), Cabo Daciolo (PATRI), José Maria Eymael (DC), Henrique Meirelles (MDB), Jair Bolsonaro (PSL), João Amoêdo (NOVO) não mencionam os povos indígenas em seus programas de governo.

Geraldo Alckmin (PSDB) defende de maneira geral, políticas afirmativas para povos indígenas.

Vera Lúcia (PSTU), Ciro Gomes (PDT) e João Goulart Filho (PPL) defendem a regularização fundiária e o acesso à terra.

Ciro Gomes (PDT) defende o acesso à educação técnica para populações indígenas.

Guilherme Boulos (PSOL), Fernando Haddad (PT) e Marina Silva (REDE) reconhecem o direito às demarcações de terras e políticas públicas voltadas para estes povos. **Boulos (PSOL)** propõe a conclusão dos processos de demarcação de terras de indígenas, a valorização do saber e do conhecimento indígena e um pedido de desculpas pelo genocídio étnico. Afirma que defende a autodeterminação sobre seus territórios baseadas em consultas descentralizadas *“Na prática, esse compromisso busca o ativo engajamento à convenção 169 no que tange não só a obras e projetos, mas à políticas públicas, reconhecendo as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida”* (p. 24). **Haddad (PT)** diz que o racismo institucional é um desafio a ser superado, afirma defender as políticas sociais e territoriais em benefício da população indígena e diz ser um genocídio a violência cometida contra esses povos. **Marina (REDE)**, além de propor a demarcação



de terras, prevê a criação de unidades de conservação e um sistema de compensação financeira para preservação da biodiversidade.

18. Segurança alimentar e nutricional

O candidato **Fernando Haddad (PT)** menciona a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PN-SAN) como agenda de seu governo. O plano de governo de **Haddad (PT)** prevê a ampliação dessa política, o combate à desnutrição infantil e a promoção da soberania alimentar, afirmando que *“retomará e ampliará a política nacional de segurança alimentar e nutricional, combatendo a desnutrição infantil e promovendo a Soberania Alimentar”* (p. 30).

Guilherme Boulos (PSOL) defende a garantia da segurança alimentar a partir da agricultura familiar, da defesa do meio ambiente e da diminuição do uso de agrotóxicos.

Marina Silva (REDE) aponta a insegurança alimentar como resultante da pobreza e da miséria defende uma política de alimentação focada no desenvolvimento infantil. Menciona a importância da alimentação saudável e *“pacífica”*.

Jair Bolsonaro (PSL) cita a expressão ‘segurança alimentar’ juntamente com “defesa agropecuária”, quando propõe a criação de uma pasta ministerial unificada para o campo agrícola.

19. Terra e território


José Maria Eymael (DC) e **Álvaro Dias (PODE)** não apresentam proposta para o tema.

Ciro Gomes (PDT) defende posições que privilegiam o agronegócio em seu projeto de desenvolvimento, porém também prevê a legalização fundiária visando a democratização do acesso à terra.

Geraldo Alckmin (PSDB) e **João Amoêdo (NOVO)** defendem a garantia da paz e da segurança jurídica no campo.

Jair Bolsonaro (PSL) pretende “tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro” (p. 32).

Marina Silva (REDE) propõe o Programa de Regularização Ambiental (PRA) pelos estados e da Cota de Reserva Ambiental (CRA), incluindo prazos, e pre-



vendo recursos financeiros e humanos para garantir a efetiva implementação desses mecanismos. Destaca o uso sustentável da biodiversidade, mas não menciona a reforma agrária.

João Goulart Filho (PPL) afirma que pretende desapropriar terras improdutivas das propriedades de empresas estrangeiras e de todas as terras que não cumprem a sua função social.

Fernando Haddad (PT) afirma que o Estado deve prover políticas articuladas voltadas ao território, terras, rios e florestas, visando ao viver bem no campo e na cidade, pautando a transição ecológica. Propõe recriar o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério da Aquicultura e Pesca, bem como reorganizar os Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente.

Guilherme Boulos (PSOL) propõe realizar uma reforma agrária popular e agroecológica, assegurando o acesso à terra, a possibilidade de produção da própria comida, a agricultura familiar e, conseqüentemente, a renda por conta da comercialização dos produtos por meio de cooperativas.

Vera Lúcia (PSTU) propõe a nacionalização dos latifúndios que estiverem sob controle do capital financeiro internacional. Defende a reforma agrária, crédito barato aos pequenos proprietários e apoio técnico.


20. Transgênicos

Apenas **Guilherme Boulos (PSOL)** defende uma agricultura livre de sementes transgênicas e o fim da dependência de grandes empresas que monopolizam as sementes.

Comentários finais

Entre as motivações originais da Lei Orgânica de SAN em 2006 e da Política Nacional de SAN em 2010 está a compreensão da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional enquanto eixo de desenvolvimento social e econômico do país.

Sem democracia não é possível garantir a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional. É fundamental manter e ampliar os espaços democráticos para que as demandas, prioridades e propostas das organizações e movimentos sociais brasileiros incidam na definição das políticas públicas.



A implementação intersetorial do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) proporciona não apenas que um ou outro programa público seja aperfeiçoado. Desafia a gestão pública a estabelecer um círculo virtuoso de articulação, qualificação de processos e ampliação de resultados para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

A adoção da Segurança Alimentar e Nutricional como um eixo de desenvolvimento do nosso país terá um impacto na redução da pobreza, no desenvolvimento, na promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica, na justiça social e na saúde das populações do campo, das cidades, das florestas e das águas.

Brasília, 25 de setembro de 2018.

Sociedade Civil do Conselho Nacional de
Segurança Alimentar e Nutricional

Comissão de Presidentes de Conselhos Estaduais
de Segurança Alimentar e Nutricional

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEF	Caixa Econômica Federal
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CRA	Cota de Reserva Ambiental
Cras	Centro de Referência em Assistência Social
Creas	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DC	Democracia Cristã
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESF	Estratégia de Saúde da Família
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
GEE	Gases do Efeito Estufa
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NOVO	Partido Novo
ODS	Objetivo do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PATRI	Patriota
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pnara	Política Nacional de Redução de Agrotóxico
Pnsan	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PODE	Podemos
PPL	Partido Pátria Livre
PRA	Programa de Regularização Ambiental
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSF	Programa de Saúde da Família
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
REDE	Rede Sustentabilidade
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
Sinapir	Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
Suas	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura